

A intervenção militar francesa em África: O caso das intervenções na Costa de Marfim (2011)

Mário Elisandro Gonçalves*

Resumo

Por razões diversas, muito se tem falado sobre o intervencionismo externo nos conflitos violentos, principalmente, no continente africano. As intervenções militares têm sido muitas vezes criticadas, dado que, em muitos casos, acabam por prolongar os conflitos violentos e fomentar a instabilidade socioeconómica e política. Fatores distintos, como interesses políticos e económicos dos intervenientes externos e das partes beligerantes podem estar relacionados a esse facto. Neste pequeno ensaio fazemos uma análise à intervenção militar francesa na Costa de Marfim (2011) questionando quais as principais motivações para essa operação. Entende-se que esse feito se deve à histórica relação entre os dois países e à salvaguarda dos interesses económicos e estratégicos franceses e de uma certa elite política Marfínense. O ensaio se estrutura em dois tópicos: o primeiro discute, de um modo sucinto, a presença francesa em África, relevando as suas intervenções militares e o segundo debruça sobre o intervencionismo militar francês na Costa de Marfim em 2011.

Palavras-chave: Guerra civil; África negra Francesa; Intervencionismo militar francês; Costa de Marfim

A presença e o intervencionismo militar francês em África: uma breve retrospectiva histórica

Nos finais do século XIX a França passou a dominar grande parte dos territórios africanos, com relevo para a África Ocidental, se afirmando como uma das principais potências coloniais no continente. O seu processo colonial nesses territórios foi descrito como um sistema de dominação e administração direta que interferia em profundidade nas estruturas autóctones com fortes políticas de assimilação (Filho e Badou, 2014; Gregory, 2000). Face ao pujante desenvolvimento da sua capacidade industrial, as suas colónias eram obrigadas a importar seus produtos manufaturados e a vender, a um preço irrisório, importantes matérias-primas (Gregory, 2000). Isso criou uma relação de dependência para com as suas colónias que perdura até hoje. Atualmente, “a França é altamente dependente de matérias-primas da África, como cobalto, urânio, cobre,

* Mário Elisandro Gonçalves is currently doing a PhD at the Faculty of Economics and Centre for Social Studies of the University of Coimbra in the Doctorate Programme in International Politics and Conflict Resolution. He holds a FCT scholarship. His research interests include Violent Conflicts in West Africa; Regional organizations and peace and security processes in West Africa; External interventions in violent conflicts in West Africa.

manganês, fosfatos e bauxita”¹ (Siradag, 2014: 111) sendo, portanto, um dos principais importadores das suas ex-colónias.

Essa dependência acaba por, de certa forma, justificar a recusa inicial da independência de alguns desses territórios, especificamente a Argélia. Contudo, aliada à fraca capacidade económica e militar do pós-segunda Guerra Mundial e à derrota na guerra de libertação da Indochina (1953), a guerra da libertação da Argélia iniciada em 1954, no momento de grande movimentação internacional anticolonialismo, acabou por precipitar a reconfiguração da política imperial francesa incitando a adoção de uma nova estratégia para a independência da dita «África negra francesa» (Chafer, 2001). Em 1958, o então presidente francês Charles De Gaulle, propôs uma alternativa pacífica para a independência das suas colónias incitando uma consulta popular nos territórios sob o seu domínio de modo a decidirem se faziam ou não parte da Francofonia (Comunidade francesa) (Chafer, 2001; Siradag, 2014; Gregory, 2000). Ficou expresso, que os territórios que não integrassem a comunidade teriam a sua independência, mas não seriam beneficiados com o apoio disponibilizado pelo governo francês no momento da reconstrução social, política e económica (Siradag, 2014; Gregory, 2000). A Guiné-Conacri, liderado por Sekou Touré, foi o único território que recusou tal aceitação com o argumento de que aquilo mais não seria do que uma estratégia neocolonial francesa.

Ora, não deixa de ser verdade que essa engenharia da independência de De Gaulle, aceite por grande parte da elite política das colónias francesa, se afigurou como «sobrevivência do sistema colonial francês» (Bat, 2010; Gregory, 2000; Martin, 2000; Siradag, 2014). Desde a independência das suas colónias africanas, a França tem sido, sistematicamente, acusada de neocolonialismo, principalmente pela sua intensa intervenção militar no continente, com Jacques Foccart a ser designado como «principal arquiteto» desse processo (Bavcon, 2009; Bat, 2010; Chafer, 2001; Gregory, 2000; Martin, 2000; Siradag, 2014). De facto, ainda dentro do contexto da guerra fria, a França conseguiu exercer um controle imperial na África subsaariana dominando “as áreas estratégicas, [...] como a da política económica e monetária, política mineral estratégica, defesa e segurança e relações exteriores” (Martin, 2000: 3). Um dos nossos argumentos é que isso só foi possível devido ao interesse, também, da elite política e económica africana.

Senão vejamos, que líderes políticos africanos como o primeiro presidente marfinense, Félix Houphouët-Boigny (1960-1993), e o primeiro presidente do Senegal, Léopold Senghor, que serviram o governo francês (Siradag, 2014: 110), foram um dos grandes idealizadores do estreitamento de relações entre as ex-colónias e a metrópole, no período pós-independência (Chafer, 2001), legitimando assim a presença francesa na dita África-francesa e a sua intervenção em diferentes aspetos dessa comunidade. Foi com o apoio e/ou consentimento das grandes figuras da política da «África Negra» dita francesa, e sob a retórica da estabilidade dessa comunidade, que a França passou a controlar os elementos estruturais ligados à economia e à defesa possibilitando que as suas empresas entrassem e permanecessem nesses países estreitando os laços pessoais entre as suas elites política e económica (Gregory, 2000). Atualmente, importantes empresas como a Total, a Areva, a Accor, a Bolloré, a Bouygues e a Elf Aquitaine operam no continente desempenhando um papel significativo no desenvolvimento dos seus interesses (Burgis, 2016; Siradag, 2014) enriquecendo também grande parte da elite africana (Burgis, 2016). Mesmo com a forte presença chinesa no continente, continua a ser um dos principais investidores e é o maior parceiro comercial dos países africanos, principalmente das suas ex-colónias, dentro dos membros da UE. Na África Ocidental, a Costa de Marfim é o seu maior parceiro comercial (Silva, Oliveira

¹ Essa tradução como todas as outras que seguem nesse trabalho são da responsabilidade do autor. Em anexo segue os textos originais.

e Daillo, 2011: 21). Defendemos assim, que esses interesses acabam por justificar a sua intensa intervenção militar nos conflitos violentos nesses países (Georgy, 2000; Siradag, 2014)².

Certo modo, essas intervenções militares foram legitimadas pelos 27 Tratados de Defesa Militar assinados com líderes africanos entre 1960 e 1994 (Siradag, 2014). Deveras, a grande maioria dessas intervenções militares acudiram ao apelo dos líderes políticos africanos, muitos dos quais possuía uma estreita relação com Paris. Isso, sem dúvida, prejudicou a estabilidade política, social e econômica dos países africanos, afetando o desenvolvimento do processo democrático, pois, em muitos casos defendeu (defende?) os seus aliados, mesmo sendo «ditadores» (Kieh, 2004). É notório assim que, pese embora a retórica professa de Paris de que as suas intervenções têm servido para manter a ordem e estabilidade nesses países, na verdade serviram para: “1) preservar seus interesses econômicos; 2) proteger seus cidadãos; 3) proteger aqueles que têm laços econômicos, políticos e estratégicos especiais com Paris; 4) expandir sua esfera de influência sobre a região francófona; 5) lutar contra os rebeldes que ameaçam os regimes fantoches; e 6) aumentar o seu papel de liderança através de intervenções militares na política mundial” (Kieh, 2004: 53-55). Pierre Biarnès sintetizou esse feito nos seguintes termos: “Consolidar o poder dos líderes que lealmente jogaram o jogo da amizade franco-africana [...] e contrariar ao mesmo tempo os objetivos das potências concorrentes assim que fossem consideradas ameaçadoras” (Biarnès, 1987 *apud* Bah, 2010: 43-44). Aliás, pese embora o vínculo explícito à noção de gerenciamento de conflitos, as intervenções externas mesmo as ditas humanitárias, seguem sempre um propósito e/ou interesse geopolítico (Barnett, 2010; Fassin, 2012; Fielden, 1998). Sem dúvida, a assistência externa, militar ou econômica, às partes envolvidas numa guerra civil podem influenciar as condições estruturais que os tornam mais ou menos propensos a prevalecer (Regan, 2002; Regan e Aydin, 2006). É possível que os esforços militares e econômicos de atores externos sejam, na verdade, tentativas de forçar a vitória do aliado ou possível aliado ou ainda forçar o impasse, em vez de gerir de modo positivo a violência (Regan e Aydin, 2006).

No cenário pós-guerra fria, o «fracasso» das intervenções militares francesas no Ruanda (1994), aliado à grande contestação internacional e de alguns países africanos, ao advento da democracia no continente e ao elevado custo humano e financeiro dessa presença (cerca de 760 bilhões de euros anuais), precipitou a redução do seu destacamento militar no continente e a reconfiguração da sua política para a África, mormente «África francesa» (Martin, 2000)³. Nesse período, registou-se a preocupação de construir um ambiente mais autônomo para os países africanos no que concerne à questão securitária. Como indicadores desta afirmação, se destaca o apoio ao fortalecimento das organizações regionais como a CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental), que passou a intervir nos conflitos violentos na África Ocidental. Aliado a isso, a questão da imigração ilegal, ainda no decurso dos anos 1990, e a questão securitária que passou a dominar a política internacional, principalmente, depois dos fatídicos acontecimentos de 11 de setembro de 2001 nos EUA, podem justificar o facto de a França defender o multilateralismo no intervencionismo na África francófona. Essa nova abordagem, além de reduzir os custos das suas intervenções proporcionou-lhe uma série de oportunidades, na medida em que acabou por legitimar as suas operações militares através de organizações internacionais e aumentar o seu prestígio global (Siradag, 2014). Por outro lado, deu espaço para que novas potências

² Desde 1963, a França tem vindo sistematicamente a intervir, militarmente, nas suas ex-colónias. Autores como Siradag demarcam cerca de 31 intervenções militares entre 1963- e os finais da década de 1980.

³ Mesmo assim, é um dos principais países estrangeiros a intervir militarmente na África e continua a ter importantes bases e destacamento militar em zonas e países estratégicos como, Djibuti no Corno de África, Ilha Reunião, no Índico, Senegal, Gabão e uma grande força militar destacada na Costa de Marfim, Chade e República Centro Africana (Engel e Olsen, 2005). Em 2010 decidiu encerrar a base militar no Senegal.

emergentes, nomeadamente a China, estreitassem relações políticas e económicas com as suas ex-colónias acabando por, de certa forma, ameaçar os seus interesses.

Da intervenção militar francesa na Costa de Marfim (2011)

A intervenção militar francesa na Costa de Marfim em 2011 apresenta o cume da salvaguarda dos seus interesses e dos interesses de uma certa elite política marfinense. Para justificar isso é preciso ter em conta a histórica relação França-África, em especial França-Costa de Marfim, e a crispação social emergente nos meados dos anos 1980 nesse país da África Ocidental. Após a sua independência, a Costa de Marfim, sob o comando do líder francófono-nacionalista Houphouët-Boigny (1960-1993), manteve uma estreita relação com a França proporcionando um grande fortalecimento político-financeiro que fizeram diferença para o desenvolvimento económico do país e para a manutenção da influência política e económica francesa nessa antiga colónia (Visentini, 2007). Nas duas primeiras décadas de independência, a Costa de Marfim foi considerada o modelo de estabilidade e desenvolvimento na África Ocidental assumindo-se como um dos maiores produtores mundiais de café e cacau (Bovcon, 2009). Esse período também ficou marcado pela intensa penetração das empresas francesas no país.

Os grandes grupos franceses tradicionalmente presentes no continente africano são quase todos ativos na Costa do Marfim, direta ou indiretamente. Conforme dados do tesouro francês até o início da crise em 2002, havia cento e quarenta filiais de empresas francesas empregando cerca de quarenta mil pessoas e algo como quinhentas Pequenas e Médias Empresas (PME) francesas na Costa do Marfim (...) conforme o próprio governo francês, a Costa de Marfim é o primeiro parceiro comercial da França dentro da zona Francófona e o quarto parceiro comercial em toda a África subsaariana (Silva, Oliveira e Daillo, 2011: 21).

Nos meados da década de 1980, o país mergulhou numa intensa crise económica, muito por culpa da redução do preço do cacau e café no mercado internacional. A morte do presidente Boigny (1993), e a disputa pela sua sucessão, intensificou a crise social (xenofobia e segregacionismo entre a população do norte e sul), ideologia *Ivoirité*⁴, e disputas entre as elites regionais (norte e sul do país), resultando em inúmeros conflitos violentos como o golpe militar de 1999, a guerra civil de 2002 e 2011 (Cook, 2011; Filho e Badou, 2014; Silva, Marshall, 2005; Oliveira e Daillo, 2011).

⁴ Desde a sua aparição no cenário sociocultural e político marfinense (na década de 1970), o conceito de “*Ivoirité*” aparentou ser ambíguo, uma vez que os critérios para sua definição divergem em função do uso que se almeja fazer do conceito. Assim, na origem o conceito de *Ivoirité* buscava reivindicar uma identidade cultural exclusiva da Costa do Marfim. Os idealizadores do conceito tinham como intuito incentivar uma nova sensibilidade nacional, distinta da sensação de grupo étnico tradicional, que deveria corresponder a uma nova forma de identidade. Porém, a partir da década de 90, sobretudo, após a morte do primeiro presidente do país (Félix Houphouët Boigny), o conceito de *Ivoirité* ganhou novos contornos, tornando-se um apoio ideológico destinado exclusivamente a defender os interesses políticos e económicos dos marfinenses, mas também uma forma de excluir de forma sistemática parte dos cidadãos marfinenses. Esta segunda fase chegou ao seu ápice em 1995 com o uso que se caracterizava pela exclusão de categorias de cidadãos, devido às suas origens ou ascendências estrangeiras. O caráter xenófobo do conceito passou a ser veiculado ou criticado conforme as posições político-ideológicas, étnicas, religiosas no cenário sociopolítico marfinense. As diversas crises políticas que surgiram a partir da década de 90, embora tenham causas maiores e por vezes exógenas, tiveram também como fundamentação ideológica o sentimento de exclusão ressentido por parte da população - notadamente aquela oriunda do norte do país, e/ou muçulmana -, criado a partir do conceito de *Ivoirité* (Akindès, 2003; Dozon, 2000).

Com a morte de Boigny, Henri Konan Bédié, então Presidente da Assembleia Nacional (desde dezembro de 1980), conforme a constituição marfinense, assumiu o poder de modo a reunir condições para a eleição democrática. Ciente da eventual possibilidade de perder o poder para Alassane Ouattara, acionou a ideologia *Ivoirité* encorajando os seus dois principais oponentes, Alassane Ouattara e Laurent Gbagbo, a desafiarem a sua autoridade, pois Ouattara, cuja mãe é considerada burkinabé, não podia concorrer nas eleições de 1995⁵ (Bovcon, 2009; Filho e Badou, 2014; Silva, Oliveira e Daillo, 2011). A intensificação da política segregacionista por parte de Bédié, vencedor das eleições de 1995, e a discrepância com alguns líderes marfinenses, nomeadamente General Robert Guéi, acabou por influenciar o golpe de estado de 24 de dezembro de 1999, liderado por Guéi (Bovcon, 2009; Filho e Badou, 2014; Silva, Oliveira e Daillo, 2011).

Guei, outrora crítico do apelo à *ivoirité*, acabou por acioná-lo impedindo novamente a participação de Alassane Ouattara nas eleições de 2000, que elegeu Laurent Gbagbo como Presidente do país (Bah, 2010; Bovcon, 2009; Cook, 2011; Silva, Oliveira e Daillo, 2011). A mesma estratégia foi usada por Gbagbo como forma de fortalecer a sua base de poder (Bovcon, 2009; Cook, 2011; Silva, Oliveira e Daillo, 2011). Esse cenário agravou a tensão social tendo surgido um grupo armado com base de sustentação em populações do norte do país, o *Mouvement Patriotique de la Côte d'Ivoire (MPCI)*, acusando o governo de Gbagbo de islamofobia e xenofobia. Depois da tentativa de golpe de estado ocorrido em 2002, o país viu-se mergulhado numa sangrenta guerra civil. A força militar francesa interveio como mediadora e sob o argumento de proteger e retirar seus cidadãos do palco dos confrontos (Bah, 2010; Bovcon, 2009; Cook, 2011; Silva, Oliveira e Daillo, 2011; Filho e Badou, 2014). Com o acordo de paz de 2007 (acordo de Uagadugu) liderado pelo presidente do Burkina-Faso, o país voltou à normalidade tendo sido realizadas eleições presidenciais em outubro de 2010. A recusa de Gbagbo em aceitar os resultados do segundo turno das eleições que dava a vitória (contestada) a Ouattara levou o país a uma nova guerra civil tendo a força militar francesa intervido com o argumento de fazer cumprir os resultados eleitorais e levar a estabilidade e paz ao país (Filho e Badou, 2014). Gbagbo foi preso pela força francesa e Ouattara assumiu o poder continuando no cargo até ao momento.

Esse argumento de Paris, a nosso ver, não passa de uma propaganda enganosa. Argumentamos que esse feito se deve à salvaguarda dos seus interesses e dos interesses de uma certa elite política marfinense liderada por Ouattara. Vejamos que, principalmente depois de 1995, a Costa de Marfim diversificou os seus parceiros externos com destaque para a China, a Índia e o Brasil. A descoberta do pré-sal no litoral brasileiro, intensificou a corrida das corporações petrolíferas multinacionais pelo petróleo dos países atlânticos da África, especialmente no Golfo da Guiné (que já é a principal região petrolífera do continente africano) (Silva, Oliveira e Daillo, 2011). Nas últimas décadas o país descobriu importantes reservas de petróleo, o que aliado a outros recursos naturais como ouro, e a outros produtos como Cacau e Café o coloca como um dos principais mercados da África Ocidental. Sob a presidência de Gbagbo, a Costa de Marfim abriu as portas não só para as empresas norte-americanas, Devon Energy e a Vanco, e as europeias, Shell, Tullow e Dana Petroleum, mas também às empresas petrolíferas que não tinham uma presença tradicional na região, como a canadense CNR, a italiana Edison, a suíça Addax (adquirida pelos chineses), a indiana Oil India, a Emirati Al Thani dos Emirados Árabes Unidos, e as semi-estatais ONGC Videsh da Índia, a Sinopec, da China, e a Lukoil, da Rússia (Silva, Oliveira e Daillo, 2011). Isso ameaçava o protagonismo francês nesse país. Aliás, no primeiro semestre de 2008 a França perdeu o privilégio

⁵ A legislação eleitoral assente na ideologia *Ivoirité* bania a candidatura de políticos que não são considerados marfinenses «puros» ou que não tivesse vivido no país continuamente nos últimos cinco anos (Bovcon, 2009; Bah, 2010).

de ser o primeiro parceiro e fornecedor da Costa de Marfim para outros parceiros, devido ao efeito do petróleo importado da Nigéria (Silva, Oliveira e Daillo, 2011).

Gbagbo, apesar de ter recebido algum apoio moral e financeiro da França no seu primeiro ano de mandato, nunca foi tido como um bom aliado para os interesses franceses, ao contrário de Ouattara que foi o único primeiro ministro do regime pro-França de Boigny. Portanto, entende-se que era do interesse francês que Ouattara assumisse o comando da Costa de Marfim de modo a impulsionar a «nova dinâmica» de cooperação apresentada para a África, principalmente depois da eleição do Presidente francês Nicolas Sarkozy. Para Ouattara e os seus seguidores essa era uma forma de assumir o poder depois das sucessivas recusas da sua candidatura sob o pretexto de não ser marfinense. É de notar que, depois da rebelião de 2001, a França recusou apoio militar a Gbagbo. Isso pode estar ligado, como enfatizou Bovcon (2009), à crítica generalizada que Paris recebeu por ter apoiado regimes ditatoriais, como a do Mobutu no Congo e à aceitação de processos eleitorais altamente questionáveis no Chade, no Níger e no Togo, como também às implicações negativas das suas tropas no genocídio do Ruanda em 1994. Contudo, no auge da violência não defendeu Gbagbo, mas recebeu Ouattara e seus aliados políticos por seis semanas na residência francesa em Abidjan (Marshall, 2005). Em 2004, depois das forças marfinenses terem bombardeado os rebeldes e acertado um acampamento militar francês, matando nove dos seus soldados, a França retalhou destruindo a força aérea marfinense (Marshall, 2005; Filho e Badou, 2014). Além de limitar a capacidade militar marfinense contra os rebeldes tal ataque matou dezenas de civis contrariando o seu discurso de segurança e proteção da população. Claro que, com a força aérea destruída Gbagbo deixou de ter vantagem militar contra os rebeldes. O próprio, Gbagbo, interpretou essa ação como uma conspiração francesa afirmando que Paris estava a conspirar contra o seu governo por medo de perder suas prerrogativas econômicas essenciais (Marshall, 2005).

De facto, face à possibilidade de perder a sua posição cerneira na Costa de Marfim, e no continente africano, na segunda metade da década de 1990, a França tentou ganhar em todas as frentes, tanto na tentativa de reconstruir novos aliados nas suas ex-colônias e outros estados, principalmente, da África subsariana, como na defesa e apoio da África nos organismos internacionais (Marshall, 2005). Nicolas Sarkozy, delimitou como estratégia do seu governo uma «nova estratégia» de cooperação com a África no sentido de manter o seu protagonismo e influência no continente (Siradag, 2014). Entende-se assim, que sob uma ameaça como Gbagbo, que arquitetara uma nova dinâmica económica e política com outros parceiros, não ocidentais, o melhor seria tirá-lo do cenário político e colocar Ouattara, que tem se afirmado, ainda na década de 1980, como um bom aliado. Esse intervencionismo militar francês acaba assim por, de certa forma, contribuir para a manutenção de conflitos na Costa de Marfim. O país continua a viver sob a ameaça de uma nova guerra civil, pois as questões que estiveram na base dos conflitos violentos continuam presentes. Gbagbo foi, recentemente, isentado das acusações que tinha sido alvo no Tribunal Penal Internacional. A meio disso, alguns líderes políticos europeus como por exemplo Luigi Di Maio, vice-primeiro-ministro italiano, tem acusado o governo francês de manipular as economias das suas antigas colônias africanas, usando uma moeda – franco CFA (estabelecido em 1930 e atualmente usado por 14 países da África Subsaariana) – para «escravizar» economicamente esses países e perpetuar o subdesenvolvimento⁶. Este último tem sido sucessivamente demarcado como uma das principais causas dos conflitos violentos e, como consequência, das migrações em massa

⁶ https://www.bbc.com/news/world-africa-46960532?ocid=socialflow_facebook

para o velho continente. Qual o futuro da Costa de Marfim e da África Ocidental depois desses acontecimentos, é uma das questões que fica.

Conclusão

Podemos concluir com esse pequeno ensaio que, pese embora as inúmeras retóricas acerca do intervencionismo francês na África, mormente subsariana, ela assenta na salvaguarda dos interesses das principais elites políticas e económicas tanto de Paris como do continente africano. Os interesses políticos e económicos franceses e da elite política marfinense (Outtara e seus aliados), acabam assim por, mais uma vez, manchar o intervencionismo militar francês que devia privar os interesses da população e manter a paz e estabilidade no país, tendo em conta o seu papel no cenário internacional. A Costa de Marfim continua sob ameaça de conflitos violentos e isso pode afetar também a estabilidade regional e, claro, perpetuar a constante crise migratória e o subdesenvolvimento nesse país rico em recursos naturais e no continente Africano.

Referências bibliográficas

- Akindès, Francis (2003) “Côte d'Ivoire: Socio-political Crises, 'Ivoirité' and the Course of History” *African Sociological Review / Revue Africaine de Sociologie*. 6 (2), 11-28.
- Bah, Abu Bakarr (2010) “Democracy and civil war: Citizenship and peacemaking in Côte d'Ivoire” *African Affairs*. 109 (437), 597-615.
- Barnett, Michael (2010) “Humanitarianism Transformed” in *The International Humanitarian Order*. London and New York: Routledge. Chapter 9: 173-203.
- Bovcon, Maja (2009) “France's Conflict Resolution Strategy in Côte d'Ivoire and its Ethical Implications” *African Studies Quarterly*. 11 (1), 1-24.
- Burgis Tom (2016) *A pilhagem de África: Senhores da Guerra, Oligarquias, Multinacionais, Contrabandistas e o roubo das riquezas africanas*. Trad. Ângelo Santana. Portugal: Vogais.
- Chafer, Tony (2001) “French African Policy in Historical Perspective” *Journal of Contemporary African Studies*. 19 (2), 164-182.
- Cook, Nicolas (2011) “Cote d'Ivoire's Post-Election Crisis”. *CRS Report for Congress*. January 28. Congressional Research Service, Washington, DC.
- Dozon, Jean-Pierre (2000) “La Côte d'Ivoire entre démocratie, nationalisme et ethnonationalisme” *Politique africaine*. 78, 45-62.
- Engel, U. and Olsen, G.R. (2005) *Africa and the North: between Globalization and Marginalization*: New York: Routledge.
- Fassin, Didier (2012) “Hierarchies of Humanity Intervening in International Conflicts” in *Humanitarian Reason: A Moral History of the Present*. Berkeley, Los Angeles and London: University of California Press. Chapter 9: 223-242.
- Fielden, Mathew (1998) “The geopolitics of aid: the provision and termination of aid to Afghan refugees in North West Frontier Province, Pakistan” *Political Geography*. 17(4), 459-487.

- Filho, Pio Penna e Badou, Koffi Robert (2014) “A França na África: as intervenções militares e suas motivações: o caso da Costa do Marfim” *Carta Internacional*. 9 (2), 156-172.
- Gregory, Shaun (2000) “The French military in África: Past and Present” *African Affairs*. 99, 435-448.
- Kieh, G. K. Jr. (2004) “Military Engagement in Politics in Africa” in Kieh, G. K. Jr. and Agbese, P. O. (eds) *The Military and Politics in Africa: From Engagement to Democratic and Constitutional Control*. England: Ashgate Publishing Limited.
- Martin, G. (2000) *France’s African Policy in Transition: Disengagement and Redeployment*. Illinois: University of Illinois.
- Marshall, Ruth (2005) “La France en Côte d'Ivoire : l'interventionnisme à l'épreuve des faits” acesso in <https://www.cairn.info/revue-politique-africaine-2005-2-page-21.htm>, Janeiro de 2019.
- Regan, Patrick M. and Aydin, Gan Aysegul (2006) “Diplomacy and Other Forms of Intervention in Civil Wars” *Journal of Conflict Resolution*. 50 (5), 736-756.
- Regan, Patrick M. (2002) “Third party interventions and the duration of intrastate conflicts” *Journal of Conflict Resolution*. 46, 55-73.
- Silva, Igor Castellano; Oliveira, Lucas Kerr e Diallo, Mamadou Alpha Diallo (2011) “A Crise da Costa do Marfim: A Desconstrução do projeto nacional e o Neo-intervencionismo francês” *Revista Conjuntura Austral*. 2 (6), 4-32.
- Siradag, Abdurrahim (2014) “Understanding French Foreign and Security Policy towards Africa: Pragmatism or Altruism” *Afro Eurasian Studies Journal*. 3(1), 100-122.

Anexo

- “France is highly dependent on raw materials from Africa, such as cobalt, uranium, copper, manganese, phosphates, and bauxite” (Siradag, 2014: 111).
- “over strategic areas [...], such as economic, monetary, strategic mineral policy, defense and security, and foreign affairs (Martin, 2000: 3).
- 1) “preserve its economic interests; 2) protect its citizens; 3) safeguard those regimes which have special economic, political, and strategic ties with Paris; 4) expand its sphere of influence over the region of Francophone; 5) fight against rebels who threaten the puppet regimes; 6) increase its leadership role through military interventions in world politics” (Kieh (2004: 53-5).
- “Consolider le pouvoir des dirigeants qui jouaient loyalement le jeu de l’amitié franco-africaine [...] et contrer en même temps les visées des puissances concurrentes dès qu’elles étaient jugées menaçantes” (Biarnés, 1987 *apud* Bah, 2010: 43-44).